

# Espaço Jurídico: Journal of Law [EJLL]

v. 22 n. 2, julho/dezembro 2021



E-ISSN 2179-7943

Espaço Jurídico	Joaçaba	v. 22	n. 2	p. 231-546	jul./dez. 2021
-----------------	---------	-------	------	------------	----------------

© 2022 Editora Unoesc  
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc  
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.  
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil  
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

**Editora Unoesc**

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro  
Revisão metodológica: Esther Arnold, Paula Stechenski Zaccaron  
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro  
Capa: Mix Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E77	Espaço Jurídico / Universidade do Oeste de Santa Catarina. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2000). – Joaçaba : Editora. Unoesc, 2000- v. ; 26 cm  Semestral 2019-; Quadrimestral 2016-2019 ; Semestral 2000-2015; Publicado a partir do v. 13, n. 1 (2012) sob o título: Revista Espaço Jurídico : Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] Modo de acesso: <a href="https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico">https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico</a> Qualis Capes A1 ISSN 1519-5899 – ISSN on-line 2179-7943  1. Direito - Periódicos I. Universidade do Oeste de Santa Catarina.  Doris 340.05
-----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

**Editor-Chefe**

Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil  
marco.cruz@unoesc.edu.br

**Editores Adjuntos**

Carlos Luiz Strapazzon, Doutor, Professor PPGD Unoesc, Brasil  
Paulo Júnior Trindade dos Santos, Doutor, Professor da Unoesc  
Regina Stela Corrêa Vieira, Doutora, Professora PPGD Unoesc, Brasil  
Wilson Steinmetz, Doutor, Professor PPGD UCS (RS) e Unoesc (SC), Brasil

**Editores Assistentes**

Deise Helena Krantz Lora, Doutora PUC-RS, Professora da Unoesc  
Cláudia Cinara Locateli, Doutoranda, Professora da Unoesc  
Afonso Carvalho de Oliva, Doutorando Universidade do Minho - Portugal  
Michel Ferrari Borges dos Santos, Doutorando Unoesc  
Isadora K. Lazaretti, Doutoranda Unoesc  
Adriana Martins Ferreira Festugatto, Mestre Unoesc

Renan Eduardo da Silva, Mestrando Unoesc  
Yana Voos, Mestranda Unoesc

Secretaria da Revista  
Natálie Vailatti, Brasil

[ejjl@unoesc.edu.br](mailto:ejjl@unoesc.edu.br)

Endereço eletrônico: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico>

## Indexações

FUNDACIÓN DIALNET | UNIVERSIDAD RIOJA, ESPAÑA  
<https://dialnet.unirioja.es/>

SUMÁRIOS.ORG | BRASIL  
<http://www.sumarios.org/>

ACADEMIC JOURNALS DATABASE  
| SWITZERLAND | SUÍÇA  
<http://journaldatabase.info>

DIADORIM | BRASIL  
<http://diadorim.ibict.br/>

LATINDEX | UNAM, MÉXICO  
<http://www.latindex.unam.mx>

ICAP | REDE PERGAMUM | BRASIL  
<http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php>

REDIB | GOVERNO DA ESPAÑA  
<https://www.redib.org/>

**Missão:** A Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL] dedica-se, prioritariamente, à publicação de artigos científicos sobre direitos fundamentais. A [EJLL] tem preferência por estudos relativos aos direitos fundamentais sociais e civis estabelecidos em Tratados de Direitos Humanos e em Constituições. Neste âmbito, a EJLL tem especial interesse por trabalhos que adotam a metodologia dogmático-jurídica de análise e de crítica da existência jurídica, da natureza normativa, da estrutura formal, da vigência, de vínculos de obrigações, dos meios jurídicos disponíveis para concretizá-los, de restrições, violações e de responsabilidades por atos ilegítimos que envolvem direitos fundamentais. Por causa da atenção com a efetividade social desses direitos, a EJLL também incentiva a submissão de trabalhos que adotam metodologias de análise e de crítica filosófica de teorias e discursos, bem como trabalhos que adotam metodologias das ciências sociais e que ofereçam análise e crítica de políticas públicas específicas, bem como de práticas sociais (de empresas, de movimentos sociais, de organizações não governamentais, de indivíduos) relativas esses direitos fundamentais. Terão alta prioridade para publicação os artigos que ofereçam relevantes contribuições para aprimorar o entendimento relativo ao dever de respeito, de proteção jurídica, de não retrocesso e de efetivação progressiva desses direitos.

### PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES

A revisão de artigos científicos é realizada pelo método “double blind peer review”. Por esse método, que é também conhecido como de “duplo anonimato”, o autor é anônimo, os avaliadores são anônimos e especialistas na área do artigo. A Revista conta com uma equipe de mais de 80 revisores ad hoc, nacionais e estrangeiros, todos doutores e especialistas nos temas prioritários do periódico. Os revisores podem sugerir a rejeição de artigos, porém com fundamentação. Os originais não são devolvidos. O resultado da avaliação sempre é enviado ao autor. Antes de serem publicados, os artigos aprovados são encaminhados à Editora da Unesco para a revisão final de normalização e formatação. Os autores terão acesso à versão revisada de seus trabalhos e podem fazer ajustes formais nessa última etapa.

### ÉTICA DO PEER REVIEW | EJLL:

**FINALIDADE.** A revisão por pares garante que apenas boas pesquisas sejam publicadas. É também uma forma de melhorar a qualidade das pesquisas, pois os autores recebem as sugestões e críticas formuladas.

**ESPECIALIDADE.** Ao receber um convite para revisar um artigo da EJLL o revisor deve considerar se “o artigo realmente corresponde à sua área de conhecimento”.

**TEMPO ADEQUADO.** O revisor deve considerar se “tem tempo para revisar”. Estimamos que demora, em média, três horas para fazer uma revisão adequadamente. Se não puder, o revisor deve comunicar o editor imediatamente e, se possível, ajustar o prazo com o Editor ou recomendar o nome de outros possíveis revisores.

**CONFLITO DE INTERESSES:** O revisor deve considerar se há algum potencial conflito de interesse. Um conflito de interesse não impede, necessariamente, a revisão de um artigo, mas transparência com o editor possibilita a correta tomada de decisão pela EJLL.

**SIGILO:** A revisão deve ser conduzida de maneira confidencial. O artigo não deve ser exposto a outras pessoas. Se desejar saber a opinião de colegas a respeito do artigo, o revisor deve comunicar o editor com antecedência.

**COMITÊ DE ÉTICA:** Pesquisas que envolvem seres humanos ou substâncias humanas como objeto de pesquisa serão avaliadas também, em blind review, pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNOESC, nos termos do Art. 3o, II, VI e nos temas do Art. 3o, IX, do Regimento Interno, disponível em:

[http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera\\_regimento\\_interno\\_comite\\_etica\\_em\\_pesquisa-unoesc\\_e\\_hust\\_1.pdf](http://www.unoesc.edu.br/images/uploads/pesquisa/res.106-consun-2013altera_regimento_interno_comite_etica_em_pesquisa-unoesc_e_hust_1.pdf)

**PARECER SUFICIENTE.** O revisor deve oferecer um parecer simples, claro e completo. Suas recomendações contribuirão para a decisão final a ser tomada pelos editores.

**A PRIMEIRA AVALIAÇÃO:**

A primeira avaliação do artigo é feita pela Equipe Editorial da Revista, Editor-chefe e Editor de Seção. Avalia-se se o estudo é um avanço legítimo e inovador, se é apresentado de forma clara e concisa, e se está no contexto mais amplo dos desenvolvimentos da área dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b> .....	237
<b>Direitos humanos e cenário internacional</b>	
<b>O ATAQUE A FONTES DE ÁGUA COMO CRIME DE GUERRA: ANÁLISE NO ÂMBITO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL</b> .....	241
ATTACK ON SOURCES OF WATER AS A WAR CRIME: ANALYSIS IN THE FRAMEWORK OF THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT José Irivaldo Alves Oliveira Silva, Beatriz Nogueira Caldas, Sara Alves Magalhães	
<b>CONTROL JURISDICCIONAL DE LA EXPULSIÓN DE EXTRANJEROS: EL CASO DE LAS EXPULSIONES COLECTIVAS EN CHILE</b> .....	265
CONTROLE JURISDICCIONAL DA EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS: O CASO DAS EXPULSÕES COLETIVAS NO CHILE Fabiola Vergara Ceballos	
<b>VULNERABILITY AND ITS IMPLICATIONS: SOME COMMENTS IN THE LIGHT OF THE STRASBOURG CASE LAW CONCERNING ASYLUM SEEKERS</b> .....	285
VULNERABILIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES: ALGUNS COMENTÁRIOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DE ESTRASBURGO SOBRE OS REQUERENTES DE ASILO Katarzyna Gatka	
<b>Direitos Fundamentais Sociais</b>	
<b>CONCEITO JURISPRUDENCIAL DE MEIO AMBIENTE NO DIREITO BRASILEIRO À LUZ DE UMA ABORDAGEM SISTÊMICA</b> .....	301
JURISPRUDENTIAL CONCEPT OF THE ENVIRONMENT IN BRAZILIAN LAW THROUGH A SYSTEMIC APPROACH Alana Ramos Araujo	
<b>CIDADES (IN)SUSTENTÁVEIS: A NOVA AGENDA URBANA DA ONU/HABITAT III E AS RELAÇÕES RACIAIS</b> .....	331
(UN) SUSTAINABLE CITIES: THE NEW URBAN AGENDA OF UM/HABITAT III AND RACE RELATIONS Josué Mastrodi, Waleska Miguel Batista	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: UM CAMINHO (AINDA) POSSÍVEL NA BUSCA PELA IGUALDADE E JUSTIÇA DE GÊNERO NO BRASIL?</b> .....	351
PUBLIC POLICIES AND AFFIRMATIVE ACTIONS: STILL A POSSIBLE PATH IN THE INQUIRY FOR GENDER EQUALITY AND JUSTICE IN BRAZIL? Monica Sapucaia Machado, Denise de Almeida Andrade	
<b>DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: OBSTÁCULOS À SUA EFETIVAÇÃO</b> .....	377
RIGHT TO EDUCATION OF THE PERSON WITH AUTISMO SPECTRUM DISORDER: OBSTACLES TO ITS REALIZATION José Antonio Remedio, Alexandre Luiz Rodrigues Alves	
<b>A CONCEPÇÃO DE TRABALHO DECENTE É SUSCETÍVEL À APROPRIAÇÃO DECOLONIAL? REFLEXÕES A PARTIR DAS CRÍTICAS AO CONCEITO MODERNO DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	405
IS THE CONCEPTION OF DECENT WORK SUSCEPTIBLE TO DECOLONIAL APPROPRIATION? REFLECTIONS FROM THE CRITICISM OF THE MODERN CONCEPT OF DEVELOPMENT Silvio Beltramelli Neto, Bianca Braga Menacho	

## **Direitos Fundamentais Cívicos**

**A RUA GRITA DIREITOS HUMANOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA CRIMINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS FEMINISTAS E DE MULHERES NO BRASIL E SUA REPERCUSSÃO COM RELAÇÃO À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**.....431

STREET SCREAMS FOR *HUMAN RIGHTS*: A REFLECTION ON THE CRIMINALIZATION OF FEMINIST AND WOMEN’S SOCIAL MANIFESTATIONS IN BRAZIL AND THEIR IMPACT ON THE EFFECTIVENESS OF HUMAN RIGHTS

Angelita Maria Maders

**EXERCÍCIO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE REUNIÃO E MANIFESTAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE “QUARENTENA” DA COVID-19: DEMOCRACIA MILITANTE, SUICÍDIO DEMOCRÁTICO E DESOBEDIÊNCIA CIVIL**.....455

EXERCISE OF THE FUNDAMENTAL RIGHT OF ASSEMBLY AND DEMONSTRATION DURING THE “QUARANTINE” PERIOD OF COVID-19: MILITANT DEMOCRACY, DEMOCRATIC SUICIDE AND CIVIL DISOBEDIENCE

Rosa Julia Plá Coelho, Fabio Carvalho de Alvarenga Peixoto

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DE ÓDIO: O DIREITO BRASILEIRO À PROCURA DE UM MODELO**.....481

FREEDOM OF EXPRESSION AND HATE SPEECH: BRAZILIAN LAW IN SEARCH OF A MODEL

Eugênio Facchini Neto, Maria Lúcia Boutros Buchain Zoch Rodrigues

**LUCES Y SOMBRAS DEL DERECHO A MORIR DIGNAMENTE EN MÉXICO**.....517

O DIREITO DE MORRER COM DIGNIDADE NO MÉXICO

Amalia Patricia Cobos Campos

## **Análise de Casos**

**1º HACKATON DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – LIODS – DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**.....533

1ST HACKATON OF THE INNOVATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS LABORATORY – LIODS – OF THE NATIONAL COUNCIL OF JUSTICE

Maria Tereza Uille Gomes, Clarissa Bueno Wandscheer, Felipe Emanuel Pacheco Jensen